



## Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br



BRUNO SPADA/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

## Agora é com o Senado o fim da 6x1

A Câmara dos Deputados transformou o debate sobre o fim da escala 6x1 em uma das maiores batalhas políticas e sociais de 2026. Em dois turnos, os deputados aprovaram a proposta que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas, e garante dois dias de repouso remunerado. O texto agora segue para o Senado, carregando muito mais do que uma discussão trabalhista: virou disputa eleitoral, ideológica e econômica.

### Transição gradual

A proposta prevê transição gradual. Dois meses após a promulgação, a jornada cairá para 42 horas. Depois de um período de adaptação de um ano, passa definitivamente para 40 horas semanais. A aprovação teve margem ampla: 472 votos favoráveis e 22 contra, no primeiro turno e 461 contra 19 no segundo. Os números mostram que a pressão popular atravessou partidos, e contaminou o ambiente político.

### Reparação histórica

O líder do governo, deputado federal gaúcho Paulo Pimenta (PT), tratou o tema como reparação histórica. Para ele, a escala 6x1 representa “a face mais cruel das relações de trabalho”, atingindo principalmente mulheres, mães e trabalhadores de baixa renda.

### Pressão das ruas

Na mesma linha, a deputada federal gaúcha Daiana Santos (PCdoB) afirmou que o tema deixou de ser exclusividade da esquerda e amadureceu socialmente. A parlamentar relacionou a jornada extensa ao aumento de afastamentos físicos e psicológicos, e sustentou que a pressão das ruas e das redes sociais acabou empurrando o Congresso para votar a matéria.

### Aventura eleitoral

A oposição reagiu com dureza. O deputado federal gaúcho Bibo Nunes (PL) chamou a proposta de “aventura eleitoral”, e acusou o governo Lula de usar o tema politicamente em ano pré-eleitoral. Segundo ele, “trabalhar menos e manter salários poderá gerar desemprego e pressionar empresas já fragilizadas”.

### Riscos ao agronegócio

O deputado federal gaúcho Sérgio Turra (PP) alertou para os riscos econômicos, especialmente no agronegócio e na cadeia avícola. “Frigoríficos podem enfrentar dificuldades operacionais e sanitárias, caso a adaptação seja feita sem planejamento técnico”.

# Promulgada autorização de repasses em ano eleitoral

Medida permite destinação de verbas para estados e municípios



O presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), promulgou nesta quarta-feira, quatro dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que haviam sido alvo de veto presidencial. Um deles permite doação de bens, valores e benefícios como cestas básicas, tratores e ambulâncias a Estados e municípios no meio da campanha eleitoral.

Na quinta-feira da semana passada, o Congresso derrubou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao projeto de emenda à LDO. Lula havia avaliado que o dispositivo é “inconstitucional e contraria o interesse público”, pois cria uma exceção à legislação eleitoral e por tratar de um tema que não é competência da lei orçamentária.

A Constituição estabelece que o presidente da República tem até 48 horas, após ser comunicado oficialmente pelo Congresso, para promulgar uma lei. Quando o prazo expira sem manifestação do chefe do Executivo, como nesse caso, a tarefa passa automaticamente ao presidente do Senado e do Congresso Nacional. Em caso de nova omissão, a responsabilidade é transferida ao vice-presidente da casa.

Segundo a nova regra publicada, as doações de bens e valores não vão configurar descumprimento do chamado “defeso eleitoral” - que proíbe as transferências três meses antes da eleição. No entendimento de técnicos do Congresso, a medida alcança até mesmo o pagamento de projetos bancados com emendas parlamentares.

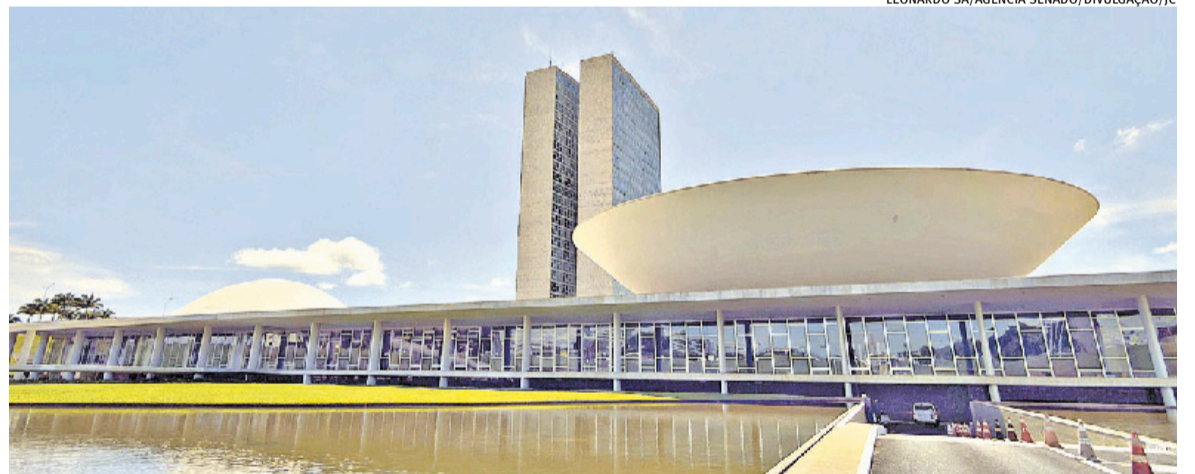
Os parlamentares retornaram ainda dois trechos que liberam o envio de recursos para construção e manutenção de rodovias es-

taduais e municipais e à malha hidroviária de estados e municípios, tirando restrições ao financiamento de ações que não são de competência da União com dinheiro federal.

Outro veto derrubado permite que municípios de até 65 mil habitantes que estejam inadimplentes celebrem convênios durante o período eleitoral. Antes da sessão conjunta que retomou as alterações, Alcolumbre defendeu a derubada do veto ao discursar na Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a Marcha dos Prefeitos, em Brasília.

“Hoje, são mais de 5.045 municípios que estão abaixo de 65 mil habitantes. Desses, mais de 3.100 estão hoje inadimplentes, portanto, sem poder acessar os convênios de recursos apresentados pelo governo federal, por programas do governo e também de recursos de transferências de emendas parlamentares.”

LEONARDO SÁ/AGÊNCIA SENADO/DIVULGAÇÃO/JC



Congresso Nacional revalidou quatro dispositivos da LDO que haviam sido alvo de veto presidencial



RUBENS CAVALLARI/ESFERA BRASIL/DIVULGAÇÃO/JC  
Vorcaro teve primeira proposta rejeitada por falta de consistência

## PF volta a negociar delação premiada com Daniel Vorcaro

/ INVESTIGAÇÃO

A Polícia Federal (PF) voltou a negociar uma delação premiada com Daniel Vorcaro uma semana depois de ter rejeitado a versão inicial da colaboração do dono do Banco Master.

Os investigadores enviaram um ofício ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, relator do caso, comunicando o interesse em discutir novos termos com o ex-banqueiro.

No último dia 20, a PF havia

recusado o acordo de delação oferecido por Vorcaro, considerando que as informações apresentadas pelo ex-banqueiro eram insuficientes. A avaliação era que os relatos apresentados não foram além das provas que já haviam sido obtidas nas apurações do caso, como diálogos em celular.

Desde então, Vorcaro sinalizou que gostaria de discutir um acordo apenas com a Procuradoria-Geral da República (PGR), na tentativa de convencê-los a aceitar uma proposta. A PF, no entanto, aceitou reiniciar negociações.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

**SKO**  
OYARZÁBAL  
MARCAS & PATENTES S/C  
Ética • Dinamismo • Confiabilidade